

O CONTROLE SOCIAL COMO FORMA DE GARANTIR A CORRETA UTILIZAÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

Francisco de Assis da CUNHA FILHO (1); Lauro Pires XAVIER NETO (2)

(1) Discente do Centro de Educação e Saúde; Universidade Federal de Campina Grande; Sítio Olho D'Água da Bica s/n Cuité-PB; e-mail: francisco_acf@hotmail.com

(2) Orientador; Docente da Universidade Federal de Campina Grande/CES/NIPEE; Rua Antônio Silva Melo, 1323 / Apt. 403 João Pessoa/PB, e-mail: lauropxn@ufcg.edu.br

RESUMO

É de fundamental importância que todo cidadão realize o controle social, ou seja, fiscalize os órgãos públicos a fim de garantir a correta distribuição dos recursos públicos evitando os desvios das mesmas por políticos corruptos, mas muitos não sabem como agir na hora de realizar essa fiscalização, por esse motivo diversas cartilhas são distribuídas para orientar e informar o cidadão. Cartilhas como a “Olho Vivo no dinheiro publico” da CGU (Controladoria Geral da União) trazem informação e orientações aos cidadãos para participação na gestão pública incentivando o exercício do controle social, outra cartilha também da CGU referisse ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) onde é explicado o que é esse fundo, como ele foi criado e como ele funciona. A educação é indispensável para o progresso de uma nação, mas em nosso país ela ainda está sendo deixada de lado pelos nossos gestores para que essa situação mude e necessário que a população passe a exigir o compromisso dos poderes público com essa área.

Palavras-chave: Controle social, Fundeb, fiscalização.

INTRODUÇÃO

Cuité é um município pertencente ao estado da Paraíba, localizado na microrregião do Curimataú Ocidental á 235 quilômetros da capital João Pessoa, possuindo aproximadamente 20.197 Habitante, 40 Escolas Municipais, 3 Escolas Estaduais, um total de 5.325 Estudantes e 699 Professores. A tabela a baixo apresenta informações mais detalhadas do município.

Informações sobre o Município								
População (1) (Localização /Faixa Etária)	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	742	448	2.063	691	1.813	2.066	5.124	12.947
Rural	433	249	1.320	534	1.014	997	2.589	7.136
Total	1.175	697	3.383	1.225	2.827	3.063	7.713	20.197
PIB (2)	IDH (3)		IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)			
48.702,17	0, 588		0, 470		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais	
					15,50		40,60	
Fonte: (1) IBGE - Contagem 2007; (2) IBGE - 2005, valor em mil; (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004; (5) IBGE - Censo Demográfico de 2000								
Nota: No resultado Total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.								

Tabela 1 – Informações sobre o município de Cuité-PB

Assim como os demais municípios do Brasil, Cuité recebe verbas federais, estaduais e os da própria arrecadação de impostos municipais. Será que essas verbas estão sendo usadas devidamente bem pelos gestores deste município? Todo cidadão tem o direito de saber como e onde estão sendo usadas as verbas, que não são nada menos que os impostos pagos por ele, todo nos devemos exercer o controle social.

O controle social é entendido como a participação do cidadão na gestão pública, é um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. No Brasil, a preocupação em se estabelecer um controle social forte e atuante torna-se ainda maior, em razão da sua extensão territorial e do grande número de municípios que possui (CARTILHA DO CONTROLE SOCIAL, 2008).

Tendo em vista isso, vários órgãos como a CGU (Controladoria-Geral da União) têm tentado aumentar a consciência da população em geral para essa participação, uma das formas encontradas foi à distribuição de cartilhas com informações de como o cidadão pode fazer tal

fiscalização, além de trazer esclarecimentos de como funcionam as Leis e órgãos federais. Iremos abordar o Controle Social e, mas profundamente o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que é um fundo destinado à educação, tal escolha foi feita visto que a educação é um dos pilares que fortalece um país garantindo o seu desenvolvimento e cabe a nos cidadãos participarmos ativamente, acompanhado e fiscalizando os recursos desse fundo, nos nossos estados e município, para que haja a correta aplicação desse recurso público.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um estudo aprofundado das cartilhas da CGU (Controladoria-Geral da União), Olho vivo no dinheiro público (Controle Social e Fundeb, 2008) e em seguida foram realizadas pesquisas para obtenção de dados relativos ao repasse dos recursos do Fundeb para o município de Cuité-PB, além de terem sido identificados os respectivos Conselheiros do Fundeb deste município, logo após foram realizados os estudos dos textos “A educação como direito de todos e todas” por Ivan Valente e “A Conferência Nacional de Educação e os desafios para o novo PNE” por Luiz Araujo ambos que estão na Cartilha “Educação não é mercadoria”, 2009.

Controle Social

Para que possamos exercer o controle social devemos primeiro conhecer como nosso Estado se organiza e funciona no nosso país, por esse motivo a CGU publicou a cartilha “Controle Social” em 2008, onde ela exemplifica alguns pontos da Constituição de 1988 que é a que está em vigor hoje, também menciona a organização do Estado democrático de direito no Brasil e os relacionam com a participação popular como fruto de sua conquista.

A cartilha também aborda as forma de como o controle social pode se feito, onde poderia ser exercido por conselhos de políticas públicas, como o Conselho da Alimentação Escolar com o objetivo de fiscalizar a verba destinada à merenda escolar e se a mesma está sendo repassada para as escolas, além de analisa a qualidade dos alimentos, esse conselho pode ser composto por:

- Representante (s) da prefeitura.
- Representante (s) da câmara municipal.
- Representante (s) dos professores.
- Representante (s) de pais e alunos.

- Representante (s) de um sindicato ou associação rural. (CGU, 2008).

Ao Conselho Municipal de Saúde cabe fiscalizar a verbas destinada a saúde, Acompanha os repasses de programas federais além de participar da elaboração de metas para a saúde, nesse conselho podem fazer parte:

- Representantes (s) das pessoas que usam o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiras).
- Representantes (s) de prestadores de serviço de saúde (hospitais particulares).
- Representação da prefeitura.

Mas o controle social também pode ser realizado individualmente pelos cidadãos ou de forma organizada. Outro ponto importante é o direito que a população tem a ter acesso às informações sobre os recursos públicos, e que é dever de todo ente público divulgar com linguagem clara os gastos e prestar contas dos mesmos.

Fundeb

O Fundeb é um fundo contábil de natureza financeira, onde todos os entes da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição (CARTILHA DO FUNDEB, 2008).

É o Governo Federal que contribui com a maior parte dos recursos os distribuindo de forma igualitária entre todos os estados, municípios e Distrito Federal, essa distribuição é feita a partir do numero de alunos matriculados (CARTILHA DO FUNDEB, 2008). Os recursos vêm da própria arrecadação dos estados, municípios e Distrito Federal, devem ser utilizados exclusivamente no setor de educação, como exemplo podemos citar o recurso do Fundeb destinado ou município de Cuité-PB nos três primeiros meses de 2010 demonstrado na Tabela 2.

Mês	FPE	FPM	IPI-EXP	ICMS	Complementação da União	Lei Complementar N° 87	ITR	IPVA	ITCMD	Total
01	97.615,15	68.929,14	285,18	140.046,89	23.912,71	263,19	19,07	2.489,36	335,95	333.896,64
02	119.181,06	84.163,98	277,44	64.223,67	0,00	263,19	15,36	5.384,43	305,09	273.814,22
03	88.534,38	62.521,72	253,65	136.308,73	23.912,71	263,19	10,51	6.194,56	218,93	318.218,38
	305.330,59	215.614,84	816,27	340.579,29	47.825,42	789,57	44,94	14.068,35	859,97	925.929,24

Tabela 2 – origem do Fundeb/ município de Cuité-PB, ano de 2010

Como podemos ver na Tabela 2 varias fontes financeiras compõe o Fundeb, temos o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direito a eles relativos), ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), IPI-EXP (Fundo de Compensação dos Estados Exportadores) e a complementação da União.

Cada município deverá formar um conselho social denominado de Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, que tem por objetivo ajudar no planejamento da aplicação das verbas desse fundo, lembrando que esse conselho não é subordinado ao governo municipal, assim tomando suas decisões independentemente. Esse conselho deve ser formado pelos seguintes membros:

- a) Dois representantes do Poder Executivo Municipal, onde pelo menos um seja da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante dos professores da educação básica pública;
- c) Um representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas;
- e) Dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) Dois representantes dos estudantes da educação básica pública (CARTILHA DO FUNDEB, 2008).

Estando excluídos de participar do conselho, parentes de até terceiro grau do Presidente da República e Vice, Ministros, governadores e vice, prefeitos e vice e secretários estaduais municipais e distritais (CARTILHA DO FUNDEB, 2008).

É de extrema importância que a população em geral tenha conhecimentos de quem são os conselheiros para identificar possíveis irregularidades, além de procurar saber como eles estão destinando os recursos. Para isso devemos estar sempre atentos aos repasses do Fundeb no nosso município.

A educação como direito de todos e todas

O artigo “A educação como direito de todos e todas” presente na cartilha “Educação Não é Mercadoria, 2009”, foi escrito pelo deputado federal Ivan Valente, onde ele critica a forma como a educação é tratada no Brasil, onde o governo federal esta deixando de lado suas responsabilidades perante a educação pública, critica também o as políticas governamentais que contribui para a utilização da educação de uma forma comercial por instituições privadas visto que a população está recorrendo às mesmas devido às instituições publicas não estarem oferecendo um ensino de qualidade, ele aponta tal fato a política capitalista adotada pelo país principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso onde as mesmas foram aprofundadas. Outro ponto bastante criticado foi algumas formas utilizadas como as “recompensas” para os professores que se saírem melhor em testes, esse tipo de mecanismo é utilizados principalmente pelo estado de São Paulo, isso acaba por incentivar a competição entre os professores e escolas, trazendo assim efeitos contrários ao que se desejavam pós deixam de lado as particularidades de cada escolas.

A Conferência Nacional de Educação e os desafios para o novo PNE

Artigo do professor Luiz Araújo “A Conferência Nacional de Educação e os desafios para o novo PNE” presente na cartilha Educação Não é Mercadoria, 2009, traz átona uma realidade brasileira que é o acesso das crianças a escola, a Figura 1 demonstra dados do ano de 2008 referentes à questão.

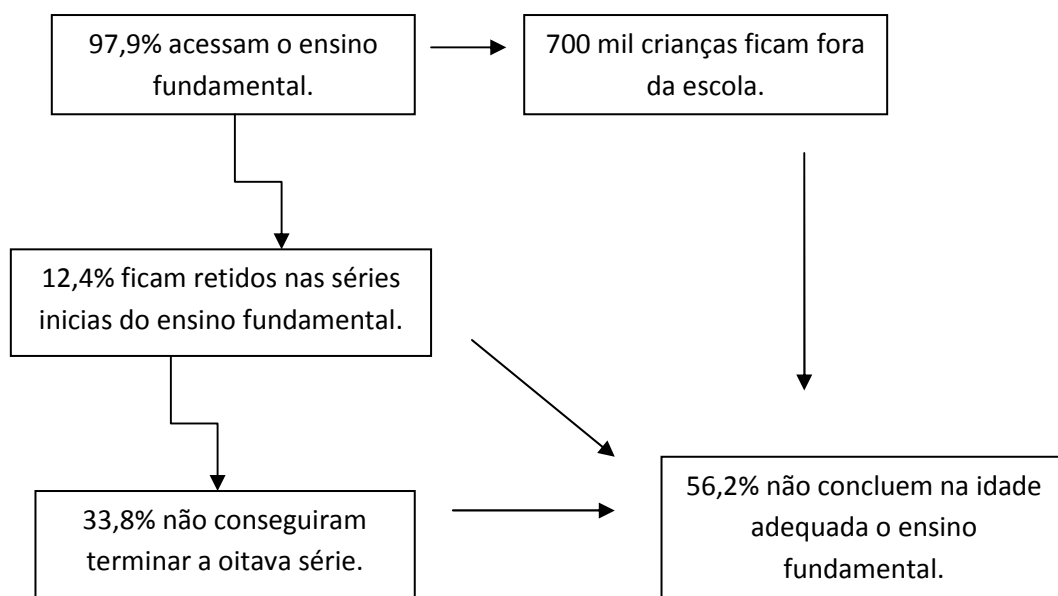


Figura1. Situação da vida escola dos jovens brasileiros no ensino fundamental, 2008.

Como visto na Figura 1 o percentual de alunos que têm acesso ao ensino fundamental é significativo, mas ao decorrer da vida escola os numero começam a serem preocupantes, pois o numero de alunos que ficam retidos logo nas séries iniciais e que não conseguem termina a oitava série são assustadores, com isso mais da metade dos alunos que estão no ensino fundamental não termina na idade adequada. Outros dados também são preocupantes como, por exemplo: apenas 18,1% das crianças de zero a três anos de idade estavam matriculadas em 2008. Na região Norte que apresenta os dados mais alarmantes apenas 8,4% das crianças tiveram acesso a escola no mesmo ano (ARAUJO, Luiz, 2009).

Somente 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos freqüentam uma instituição de nível superior no Brasil, e apenas 23,7% destes estão em instituições públicas e o numero de negros matriculados é de 7,7% contra 20,5% de brancos (ARAUJO, Luiz, 2009).

Como podemos ver é a situação é preocupante, esse será o maior desafio PNE. O que mais preocupa é que a maior parte dos alunos que não entram na escola ou que não terminam os estudos pertencem as classes mais pobres do país, evidenciando a grande desigualdade social que existe em nosso país.

Outro problema é a falta de compromisso do governo federal, onde sua participação no financiamento é de apenas 0,84% do PIB, pra se ter uma ideia os municípios investem cerca de 1,84% ou seja o governo federal que é o que arrecada mais é o que menos investe (ARAUJO, Luiz, 2009). A necessidade de um maior investimento na área de educação, para tentar reverter esse processo já foram propostos para o novo PNE onde o governo federal passaria a investir uma porcentagem maior em educação.

CONCLUSÃO

Portanto fica claro a importância de todo cidadão ter a consciência de exercer o controle social e que para esse controle seja eficiente se faz necessário que todos tenham o conhecimento das leis que regem nosso país e como elas são aplicadas, além de conhecer o funcionamento dos órgãos federais, estaduais e municipais dessa forma estaremos garantindo que o dinheiro público tenha sua correta destinação, todos os cidadãos também têm o dever e o direito de fiscalizar os gestores em fim de garantir o bom uso do dinheiro público, evitando possíveis atos de corrupção, basta sabermos como agir, com isso estaremos garantindo um futuro melhor para a nossa sociedade.

A educação é uma das bases mais importantes para o progresso de uma nação e podemos notar que no Brasil essa é uma das áreas que mais preocupa, pois está evidente que os índices de

reprovação, desistências e analfabetismos são altos e nos como cidadãos brasileiros devemos lutar pela melhoria da educação, cobrando dos governantes e melhor ainda pensando bem antes de votar em determinados candidatos dessa forma estaremos garantindo melhores gestores no futuro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz, A Conferência Nacional de Educação e os desafios para o novo PNE, cartilha Educação não é mercadoria, 2009.

CONTROLE SOCIAL, cartilha Olho Vivo no dinheiro público, CGU (Controladoria-Geral da União), 2008.

FNDE (Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação), CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/cacs/index.php/lista_conselheiros>. Acesso em: 29 jun. 2010, 10:31.

FUNDEB, cartilha Olho Vivo no dinheiro público, CGU (Controladoria-Geral da União), 2008.

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL (Valores por origem dos recursos, mês, esfera de governo estadual e municipal). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2010, 14:50.

VALENTE, Ivan, A educação como direito de todos e todas, cartilha Educação não é mercadoria, 2009.